

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas ... 1

Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas auditadas

Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente.....	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

**Aos Administradores e Acionistas da
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.**

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração do ativo contratual da concessão

Veja as Notas 3.2 e 5 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 apresenta o saldo do ativo contratual da concessão no montante de 341.605 mil na controladora e R\$ 486.982 mil no consolidado, reconhecido em contrapartida a receita de construção da infraestrutura de transmissão e de remuneração do ativo contratual da concessão.</p> <p>A modelagem financeira utilizada na mensuração do ativo de contrato inclui, entre outros elementos, a determinação de custos e, conseqüentemente, as margens de lucratividade referentes a receita de construção, melhoria, operação e manutenção da infraestrutura de transmissão. Essas margens são calculadas com base nas características e na complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos por meio da Receita Anual Permitida (RAP) do leilão e em relação aos custos para a construção, melhoria, operação e manutenção da infraestrutura de transmissão. Adicionalmente, devido à característica de longo prazo do ativo contratual da concessão, a modelagem financeira também inclui a determinação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros provenientes da RAP.</p> <p>Devido à relevância do saldo do ativo contratual da concessão, a mensuração do ativo contratual da concessão foi considerada significativa para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) Obtenção dos cálculos elaborados pela Companhia e suas controladas para mensuração do ativo contratual da concessão;(ii) Revisão da metodologia de cálculo utilizada para mensuração do ativo contratual da concessão, análise da consistência das premissas utilizadas no exercício corrente em relação às anteriormente definidas, e avaliação da taxa de desconto utilizada para determinação do componente de financiamento significativo do contrato de concessão; <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração do ativo contratual da concessão, é aceitável no contexto das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 06 de março de 2024, sem modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 07 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	57.029	18.103	57.309	22.195
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		953	3.625	1.534	4.305
Ativo contratual da concessão	5	64.126	62.327	79.287	76.850
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		90	399	100	453
Outros tributos compensáveis		62	62	182	182
Dividendos a receber		3.844	4.425	-	-
Outros ativos		1.149	828	2.117	1.442
		127.253	89.769	140.529	105.427
Ativo Não Circulante					
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		5.746	2.848	6.596	3.250
Ativo contratual da concessão	5	277.479	291.816	407.695	420.630
Outros ativos		286	1.333	5.788	6.453
Investimentos	6	133.588	134.823	-	-
Imobilizado		16.271	18.718	16.348	18.769
Intangível		13	13	818	876
		433.383	449.551	437.245	449.978
Total do Ativo		560.636	539.320	577.774	555.405

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo					
Passivo Circulante					
Debêntures e empréstimos	7	29.788	48.594	29.788	48.594
Arrendamento mercantil	8	4.200	4.154	4.214	4.155
Fornecedores		1.118	970	2.215	2.027
Imposto de renda e contribuição social a pagar		2.920	1.903	3.095	2.132
Outros tributos a pagar		2.508	2.274	2.765	2.484
Dividendos a pagar		-	4.876	-	4.876
Encargos regulatórios	9	2.175	3.165	2.342	3.349
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	11	4.264	4.145	5.272	5.111
Outros passivos		920	771	2.038	1.117
		47.893	70.852	51.729	73.845
Passivo Não Circulante					
Debêntures e empréstimos	7	157.574	107.767	157.574	107.767
Arrendamento mercantil	8	16.164	18.236	16.178	18.236
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	94.040	88.551	98.544	92.965
Encargos regulatórios	9	332	365	457	477
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	11	18.452	19.406	27.111	27.972
Outros passivos		16	16	16	16
		286.578	234.341	299.880	247.433
Total do Passivo		334.471	305.193	351.609	321.278
Patrimônio Líquido					
Capital social	13	127.262	127.262	127.262	127.262
Reservas de lucro	13	82.151	106.865	82.151	106.865
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	13	16.752	-	16.752	-
Total do Patrimônio Líquido		226.165	234.127	226.165	234.127
Patrimônio Líquido + Participação de acionistas não controladores		226.165	234.127	226.165	234.127
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		560.636	539.320	577.774	555.405

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita de operação e manutenção		17.666	18.634	21.396	22.292
Remuneração do ativo contratual da concessão		50.191	25.670	66.274	41.415
(-) Parcela variável		(16)	(890)	(172)	(703)
Receita Operacional Líquida	15	67.841	43.414	87.498	63.004
Custo dos Serviços Prestados					
Pessoal		(2.748)	(2.496)	(3.711)	(3.174)
Material e serviços de terceiros		(4.015)	(3.555)	(5.877)	(4.322)
Depreciação e amortização		(2.504)	(2.567)	(2.504)	(2.567)
Outros		(458)	(450)	(532)	(520)
Lucro Bruto		58.116	34.346	74.874	52.421
(Despesas) Receitas Operacionais					
Pessoal e administradores		(1.787)	(1.212)	(2.042)	(1.342)
Material e serviços de terceiros		(409)	(806)	(560)	(1.366)
Depreciação e amortização		(59)	(64)	(70)	(76)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(473)	(360)	(394)	(309)
		(2.728)	(2.442)	(3.066)	(3.093)
Resultado de equivalência patrimonial	6	16.185	18.631	-	-
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		71.573	50.535	71.808	49.328
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	16	2.555	1.174	3.302	3.249
Despesas financeiras	16	(21.328)	(27.615)	(21.554)	(27.664)
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda		52.800	24.094	53.556	24.913
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(4.774)	(3.428)	(5.467)	(4.178)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10 e 17	(5.489)	6.196	(5.552)	6.127
Lucro líquido do exercício		42.537	26.862	42.537	26.862

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	42.537	26.862	42.537	26.862
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	42.537	26.862	42.537	26.862

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros				Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Reservas de Retenção de Lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	127.262	25.452	19.337	46.640	5.956	-	224.647
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(5.956)	-	(5.956)
Pagamento de dividendos sobre lucros retidos	-	-	-	(6.550)	-	-	(6.550)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	26.862	26.862
Destinação proposta à A.G.O.:							
Incentivo fiscal	-	-	7.359	-	-	(7.359)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(4.876)	(4.876)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	14.627	-	(14.627)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	127.262	25.452	26.696	54.717	-	-	234.127
Pagamento de dividendos sobre lucros retidos	-	-	-	(33.154)	-	-	(33.154)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	42.537	42.537
Destinação proposta à A.G.O.:							
Incentivo fiscal	-	-	8.440	-	-	(8.440)	-
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(17.345)	(17.345)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	16.752	(16.752)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	127.262	25.452	35.136	21.563	16.752	-	226.165

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	52.800	24.094	53.556	24.913
Itens que não afetam as disponibilidades				
Depreciação e amortização	2.563	2.631	2.574	2.643
Equivalência patrimonial	(16.185)	(18.631)	-	-
Juros e variação monetária	21.144	27.380	21.247	27.418
Baixa de ativos	-	-	58	-
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	(835)	(2.681)	(700)	(2.531)
	59.487	32.793	76.735	52.443
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	(226)	858	(575)	616
Ativo contratual da concessão	12.538	40.318	10.497	38.063
Impostos a recuperar	309	3.513	353	3.480
Outros ativos	726	1.255	(9)	(796)
	13.347	45.944	10.266	41.363
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	148	234	188	750
Tributos e contribuições sociais a recolher	(387)	(3.131)	(772)	(3.194)
Encargos regulatórios	(1.003)	(241)	(1.107)	(213)
Outros passivos	149	(123)	921	(100)
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	(3.136)	(2.161)	(3.424)	(2.776)
	(4.229)	(5.422)	(4.194)	(5.533)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	68.605	73.315	82.807	88.273
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações de investimentos curto prazo	-	1.090	-	1.660
Recebimento de dividendos	18.001	14.500	-	-
Aplicações no imobilizado	(12)	(14)	(12)	(20)
Aplicações no intangível	-	-	-	(852)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	17.989	15.576	(12)	788
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamentos de dividendos	(55.375)	(20.800)	(55.375)	(20.800)
Debêntures captadas	97.543	-	97.543	-
Juros pagos de debêntures e empréstimos	(16.586)	(26.406)	(16.586)	(26.406)
Pagamento de principal de debêntures e empréstimos	(68.876)	(30.703)	(68.876)	(30.703)
Pagamento de arrendamento mercantil	(4.374)	(2.317)	(4.387)	(2.332)
	(47.668)	(80.226)	(47.681)	(80.241)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamentos	(47.668)	(80.226)	(47.681)	(80.241)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	38.926	8.665	35.114	8.820
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	18.103	9.438	22.195	13.375
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	57.029	18.103	57.309	22.195
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	38.926	8.665	35.114	8.820

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 23 de março de 2001 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos, bem como participação em outras sociedades ou empreendimentos. Domiciliada no Brasil, sua sede está localizada na Rua Olimpíadas, 66 - 8º andar - Sala B - Vila Olímpia - São Paulo - SP.

A Companhia é controlada da Alupar Investimento S.A.

A ETEP e sua controlada possuem o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão

Concessionária	Participação	Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	Data da entrada em operação comercial	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação
ETEP	-	043/2001	30	2031	84.972	IGPM	ago/02	Sim
ESDE (**)	100%	025/2009	30	2039	18.924	IPCA	fev/13	Não

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.348 de 16/07/2024.

(**) RAP acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$ 19.664 para ESDE.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da ETEP e sua controlada entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo Poder Concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na Nota Explicativa “Ativo contratual da concessão”.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 06 de março de 2025.

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

A Administração da Companhia fez a apresentação do custo e das despesas por natureza.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da ETEP e de sua controlada. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações e de sua controlada.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

margem de lucro, determinação das receitas de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a ETEP e sua controlada efetuam análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e receita de operação e manutenção como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da ETEP e de sua controlada avaliam o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com os gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável, existente é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance.

A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. Uma vez adotadas, as margens não se alteram até o final do fluxo de realização.

A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia e sua controlada têm direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia e sua controlada para precificarem o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente, por meio da Revisão Tarifária Periódica – RTP, revisa as receitas que a ETEP e sua controlada tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto da Companhia e sua controlada, que varia entre 7,85% a.a a 11% a.a; e (ii) atualizado pelo IGP-M ou IPCA.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços.

PV (Parcela variável)

A Companhia e sua controlada dispõem de um percentual de 0,68% de Parcela Variável por indisponibilidade calculados sobre o fluxo de entrada de caixa, apurado com base histórica para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

2.5. Base de consolidação

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas compreendem as Demonstrações Contábeis da ETEP e de sua controlada em 31 de dezembro de 2024. O controle é obtido quando a ETEP estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. As Demonstrações Contábeis da controlada é incluída nas Demonstrações Contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controlada, de forma que as Demonstrações Contábeis intermediárias individuais e consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros;
- Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados (prejuízo) das empresas controladas;

A tabela a seguir demonstra o investimento societário que a ETEP detém em 31 de dezembro de 2024:

Razão Social	Tipo de investimento	% participação	
		31/12/2024	31/12/2023
ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	Controlada	100%	100%

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada na demonstração do resultado consolidado e na mutação do patrimônio líquido.

3. Sumário das principais políticas contábeis materiais

3.1. Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia e sua controlada são classificadas nos seguintes grupos:

3.1.1 Receita de implementação de infraestrutura

Refere-se à receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de implementação de infraestrutura, a Companhia e sua controlada utilizam um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do período, por

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, que é registrada na rubrica “ativo contratual da concessão” e determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.1.3 Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGPM ou IPCA e ao diferimento das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão “RGR” e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica “TFSEE”) registrados no passivo circulante e não circulante.

3.1.4 Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A Companhia classifica juros recebidos decorrentes das aplicações financeiras como fluxos de caixa das atividades de investimento.

3.2. Ativo contratual da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia e sua controlada operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias.

No cálculo do ativo contratual é estimado no início da concessão, considerando o prazo previsto no contrato e alterado em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Em caso de Revisão Tarifária Periódica (RTP), os recebimentos futuros são revistos e os fluxos do ativo contratual são mensurados novamente.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como:

Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias: Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia e sua controlada operam e mantêm a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

3.3. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como “valor justo por meio do resultado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.4. Investimentos

Os investimentos da Companhia em sua controlada são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Contábeis individuais (controladora) e consolidadas.

3.5. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

3.6. Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7. Encargos regulatórios

Os encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, sendo que seu valor anual equivale a 2,6% da RAP. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP. Estes saldos estão refletidos no passivo circulante e não circulante na rubrica “Contribuições e encargos regulatórios diferidos”, o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.8. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a ETEP e sua controlada possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.9.1. Provisões para demandas judiciais e administrativas

As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.9. Arrendamentos

A ETEP e sua controlada avaliam, na data de início do contrato de arrendamento, aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a ETEP e sua controlada reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

Abaixo detalhes da Cessão do direito de uso dos equipamentos instalados, disponíveis na subestação Tucuruí,

Data do contrato	Vencimento do contrato	Taxa de desconto a.a	Taxa de desconto a.m
29/05/2002	29/05/2031	11,30%	0,90%

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.10. Tributação

3.10.1. Tributos sobre a receita

As receitas da ETEP e sua controlada estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%;

3.10.2. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O imposto de renda e a contribuição social da ETEP são calculados pelo regime de lucro real e sua controlada ESDE é optante pelo regime do lucro presumido.

A ETEP possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31 de dezembro de 2025, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

Diferidos

Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de Demonstrações Contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição diferida.

Tributos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de tributos (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.11. Normas e interpretações novas e revisadas

No exercício corrente, a Companhia e sua controlada adotaram as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

- Alterações ao CPC 26/IAS 21 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes / Passivos não circulantes com Covenants.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.12. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

A IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis substituirá a norma IAS 1 (CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis), que entrará em vigor para os exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia e sua controlada ainda estão no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação a nova estrutura da demonstração de resultado, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais das medidas de desempenho.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas Demonstrações Contábeis da Companhia e sua controlada:

- Alterações no IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	109	4.653	226	4.745
Aplicações financeiras	56.920	13.450	57.083	17.450
	57.029	18.103	57.309	22.195

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e referem-se substancialmente à certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, com liquidez imediata e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, 97,04% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (96,93% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Ativo contratual da concessão

Movimentação do ativo contratual da concessão (saldos acumulados):

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	394.461	535.544
Receita de operação e manutenção	20.030	23.984
Remuneração do ativo contratual da concessão	27.593	44.611
(-) Parcela variável	(957)	(755)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(86.984)	(105.904)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	354.143	497.480
Receita de operação e manutenção	18.904	22.936
Remuneração do ativo contratual da concessão	53.708	71.092
(-) Parcela variável	(17)	(186)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(85.133)	(104.340)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	341.605	486.982
Ativo contratual da concessão – circulante	64.126	79.287
Ativo contratual da concessão - não circulante	277.479	407.695
Total circulante e não circulante	341.605	486.982

O ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A ETEP e sua controlada consideram que o valor da indenização a que terão direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Investimentos

- a) Movimentação dos investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	<u>ESDE</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	130.896
Resultado de equivalência patrimonial	18.631
Dividendos declarados	(14.704)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	134.823
Resultado de equivalência patrimonial	16.185
Dividendos declarados	(17.420)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	133.588

A ETEP reconhece, nas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, o investimento em controlada por meio do método de equivalência patrimonial.

- b) Participação no resultado e patrimônio líquido:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Dados controlada ESDE:		
Total do ativo	154.570	155.334
Total do passivo	20.982	20.511
Patrimônio líquido	133.588	134.823
Receita líquida	19.657	19.590
Lucro líquido	16.185	18.631
Quantidade de ações	72.835.845	72.835.845
Participação da ETEP:		
Quantidade de ações no capital social	72.835.844	72.835.844
	100,00%	100,00%
no resultado	16.185	18.631
no patrimônio líquido	133.588	134.823

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Debêntures e empréstimos

	Controladora					Consolidado				
	31/12/2024				31/12/2023	31/12/2024				31/12/2023
	Circulante		Não Circulante		Total	Circulante		Não Circulante		Total
	Encargos	Principal	Principal	Total		Encargos	Principal	Principal	Total	
Debêntures 4ª emissão	1.455	24.963	24.991	51.409	51.414	1.455	24.963	24.991	51.409	51.414
Debêntures 5ª emissão	638	(65)	34.933	35.506	35.492	638	(65)	34.933	35.506	35.492
Debêntures 6ª emissão	2.884	(87)	97.650	100.447	-	2.884	(87)	97.650	100.447	-
CCB	-	-	-	-	69.455	-	-	-	-	69.455
	4.977	24.811	157.574	187.362	156.361	4.977	24.811	157.574	187.362	156.361

O saldo de principal da dívida de curto e longo prazo das emissões é apresentado líquido de custos a amortizar, sendo: 4ª emissão R\$46, 5ª emissão R\$132 e 6ª emissão R\$437.

A tabela a seguir apresenta as condições contratadas das debêntures e dos arrendamentos mercantis da ETEP:

Financiadores / credores	Empresas operacionais	Controladora						
		Condições contratadas						
		Data da Contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa a.a.		Periodicidade da amortização	
			Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos		
Debêntures 4ª emissão	ETEP (*)	abr/21	abr/26	50.000	CDI + 1,9%	4 e 5º ano	Semestral	
Debêntures 5ª emissão	ETEP (*)	mai/22	mai/27	35.000	CDI + 1,8%	4 e 5º ano	Semestral	
Debêntures 5ª emissão	ETEP (*)	mai/22	mai/27	35.000	CDI + 1,8%	4 e 5º ano	Semestral	
Debêntures 6ª emissão	ETEP (*)	set/24	set/29	100.000	CDI + 0,89%	4 e 5º ano	Semestral	
Banco Santander - CCB	ETEP	jul/20	jul/25	90.000	CDI + 2,9%	Mensal	Mensal	

(*) As cláusulas restritivas das debêntures simples da ETEP estão relacionadas ao limite da dívida líquida, que em 31 de dezembro de 2024, atualizado pelo IGP-M, era de R\$303.756 para a 3ª, 4ª e 5ª emissão.

O custo de captação é amortizado pelo método dos juros efetivos e se encerra no prazo de vencimento das debêntures.

A Administração da ETEP e sua controlada mantêm o acompanhamento de todas as obrigações definidas em contrato.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A movimentação do saldo é conforme segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	185.308	185.308
Juros e variação monetária	25.929	25.929
Amortização do principal e dos juros	(54.876)	(54.876)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	156.361	156.361
Ingresso de dívidas	97.543	97.543
Juros e variação monetária	18.920	18.920
Amortização do principal e dos juros	(85.462)	(85.462)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	187.362	187.362

Os vencimentos anuais das debêntures do não circulante são como segue:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
2026	42.343
2027	17.376
2028	32.574
2029	65.281
	157.574

8. Arrendamento mercantil

	<u>Controladora</u>				<u>Consolidado</u>			
	<u>31/12/2024</u>			<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>			<u>31/12/2023</u>
	<u>Circulante Principal</u>	<u>Não Circulante Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante Principal</u>	<u>Não Circulante Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Arrendamento mercantil	4.200	16.164	20.364	22.390	4.214	16.178	20.392	22.391
	4.200	16.164	20.364	22.390	4.214	16.178	20.392	22.391

9. Encargos regulatórios

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
P&D - Pesquisa & Desenvolvimento	1.357	1.160	1.582	1.323
Quota de reserva global de reversão - RGR	870	2.125	880	2.208
Taxa de fiscalização - ANEEL	280	245	337	295
	2.507	3.530	2.799	3.826
Passivo circulante	2.175	3.165	2.342	3.349
Passivo não circulante	332	365	457	477

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, a ICPC 01 (R1) – Interpretação Contratos de Concessão, OCPC 05 – Orientação Contratos de Concessão e CPC 06 (R2) – Arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos o qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	31/12/2022	Reconhecido no resultado	31/12/2023	Reconhecido no resultado	31/12/2024
Ativo fiscal diferido					
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(2.491)	247	(2.244)	164	(2.080)
Subtotal	(2.491)	247	(2.244)	164	(2.080)
Passivo fiscal diferido					
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	98.090	(6.223)	91.867	5.560	97.427
Outros itens	(852)	(220)	(1.072)	(235)	(1.307)
Subtotal	97.238	(6.443)	90.795	5.325	96.120
IRPJ e CSLL diferidos, líquido	94.747	(6.196)	88.551	5.489	94.040

	Consolidado						
	31/12/2022	Reconhecido no resultado	Reclassificação	31/12/2023	Reconhecido no resultado	Reclassificação	31/12/2024
Ativo fiscal diferido							
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(2.491)	247	-	(2.244)	164	-	(2.080)
Subtotal	(2.491)	247	-	(2.244)	164	-	(2.080)
Passivo fiscal diferido							
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	102.435	(6.154)	-	96.281	5.624	-	101.905
Outros itens	(867)	(220)	15	(1.072)	(236)	27	(1.281)
Subtotal	101.568	(6.374)	15	95.209	5.388	27	100.624
IRPJ e CSLL diferidos, líquido	99.077	(6.127)	15	92.965	5.552	27	98.544

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

11. Contribuições e encargos regulatórios diferidos

O diferimento das contribuições sociais e encargos regulatórios é relativo à diferença temporária das receitas de infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PIS e COFINS diferidos	12.468	12.926	17.773	18.158
Quota de reserva global de reversão - RGR diferido	8.881	9.207	12.661	12.934
Taxa de fiscalização - ANEEL diferido	1.367	1.418	1.949	1.991
	22.716	23.551	32.383	33.083
Passivo circulante	4.264	4.145	5.272	5.111
Passivo não circulante	18.452	19.406	27.111	27.972

12. Provisão para demandas judiciais

Perda provável:

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia e sua controlada não possuíam contingências com perda classificada como "provável".

Perda possível:

Com base no parecer dos advogados externos e internos, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía demandas judiciais com probabilidade de perda classificada como "possível". (R\$163, em 31 de dezembro de 2023, referente a um processo de natureza trabalhista na controlada).

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$127.262, representado por 27.000.000 ações ordinárias e por 18.000.010 ações preferenciais, sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é a seguinte:

	Quantidade de ações			
	Integralizadas		% do capital	
	Ordinárias	Preferenciais	Votante	Total
Alupar Investimento S.A. Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	13.505.150	9.001.851	50,02%	50,02%
	13.494.850	8.998.159	49,98%	49,98%
	27.000.000	18.000.010	100,00%	100,00%

13.2. Reservas de lucro

13.2.1 Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social integralizado, o qual já foi atingido. O saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$25.452.

13.2.2 Reserva de incentivo fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM (Decreto nº 4.212/2002) apurado na vigência da Lei e contabilizado no resultado do exercício, sendo posteriormente transferido para reserva de lucro de incentivo fiscal e pode ser utilizado somente para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$35.136 (R\$26.696 em 31 de dezembro de 2023).

13.2.3 Reserva de retenção de lucros

Os valores mantidos em reserva de retenção de lucros serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e disponibilidade de caixa da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$21.563 (R\$54.717 em 31 de dezembro de 2023).

13.2.4 Destinação do resultado

De acordo com o Estatuto Social da ETEP, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	42.537	26.862
Incentivo fiscal	(8.440)	(7.359)
Base de cálculo de dividendos	34.097	19.503
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(4.876)
Dividendos intermediários	(17.345)	-
Dividendos adicionais propostos	(16.752)	-
Reserva de retenção de lucros	-	(14.627)
Saldo de lucros acumulados	-	-

(*) A reserva legal atingiu o limite de 20% do capital social, portanto não houve constituição no exercício de 2024.

Em 2024, os dividendos intermediários distribuídos superaram o valor do dividendo mínimo obrigatório. Desta forma, não houve a necessidade de destinação adicional para essa rubrica ao final do exercício.

14. Partes relacionadas

A remuneração da Administração, incluindo Diretores e membros do Conselho de Administração, totalizou R\$859 em 31 de dezembro de 2024 (R\$787 em 31 de dezembro de 2023), sendo composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação. Em 31 de dezembro de 2024, a ETEP não tinha contratos em aberto e não realizou operações envolvendo outras partes relacionadas.

15. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional bruta	72.595	46.666	93.842	67.840
Receita de operação e manutenção	18.904	20.030	22.936	23.984
Remuneração do ativo contratual da concessão	53.708	27.593	71.092	44.611
(-) Parcela variável	(17)	(957)	(186)	(755)
Deduções da receita operacional	(4.754)	(3.252)	(6.344)	(4.836)
PIS	(476)	(308)	(614)	(446)
COFINS	(2.195)	(1.419)	(2.832)	(2.054)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(998)	(527)	(1.550)	(1.078)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(795)	(811)	(973)	(986)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(290)	(187)	(375)	(272)
Receita operacional líquida	67.841	43.414	87.498	63.004

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

16. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras	2.555	1.174	3.302	3.249
Receita de aplicações financeiras	2.534	1.871	2.899	2.429
Juros ativos	18	15	21	18
Outras receitas financeiras	3	(712)	382	802
Despesas financeiras	(21.328)	(27.615)	(21.554)	(27.664)
Encargos sobre debêntures, empréstimos e arrendamentos	(18.920)	(25.928)	(18.920)	(25.928)
Encargos sobre arrendamento mercantil	(2.244)	(1.477)	(2.247)	(1.479)
Variação monetária	20	25	(80)	(11)
Outras despesas financeiras	(184)	(235)	(307)	(246)
Resultado financeiro líquido	(18.773)	(26.441)	(18.252)	(24.415)

17. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	52.800	24.093
Alíquota fiscal	34%	34%
	17.952	8.192
(+) Adição de ajuste a valor presente - IN 1515	21.048	21.306
(-) Exclusão de "AVP" - Art. 84 da IN 1515, de novembro 2014	(23.705)	(24.888)
Equivalência patrimonial	(5.503)	(6.335)
Despesas e provisões indedutíveis	217	141
IFRS 15 O&M e PIS-COFINS-RGR+TAXA	3.998	13.042
Outras	(24)	(24)
	13.983	11.434
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	5.489	(6.196)
Incentivo Fiscal	(8.440)	(7.359)
Lei Rouanet / Esporte / FIA	(419)	(298)
(-) Exclusão do Art. 69 Inciso IV da Lei 12.973, de maio 2014	(350)	(350)
Outros	-	1
Imposto de renda e contribuição social no resultado	10.263	(2.768)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.774)	(3.428)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.489)	6.196
Taxa efetiva	19,44%	-11,49%

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

18. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a ETEP não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

- Caixa e bancos são classificados como pelo custo amortizado
- Equivalentes de caixa são classificados como valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias é classificado pelo custo amortizado.
- Empréstimos, debêntures, arrendamentos, líquidos dos custos a amortizar, e fornecedores são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado.

b) Hierarquia do valor justo

A ETEP e sua controlada utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A ETEP e sua controlada classificam os saldos de caixa e equivalentes de caixa como nível II.

c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da ETEP e da sua controlada podem ser assim identificados:

- *Risco de crédito* - a ETEP e sua controlada mantêm contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 1.700 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a ETEP e sua controlada mantêm contratos regulando a

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

prestação de seus serviços nas Demais Instalações de Transmissão – DIT e com cláusula de garantia bancária;

- *Risco de preço* - a receita da ETEP é, nos termos do contrato de concessão, reajustada anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M e a receita da sua controlada ESDE é nos termos do contrato de concessão, reajustada anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA;
- *Risco de taxas de juros* - a atualização dos contratos de debêntures da ETEP está vinculada à variação do CDI;
- *Risco de liquidez* - a principal fonte de caixa da ETEP e da sua controlada é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão - -DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Administração da Companhia e da sua controlada não consideram relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas de juros dos financiamentos da Companhia são amenizadas pelo fato do faturamento da Companhia também estar atrelado à índices inflacionários e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

19. Benefícios a empregados

A ETEP e sua controlada oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale-transporte, vale-refeição e plano de previdência privada de contribuição definida. Não existem benefícios pós-emprego e pagamento baseado em ações.